

Novos dirigentes do TRT tomam posse em junho

Por Edvânia Kátia

Os desembargadores Gerson de Oliveira Costa Filho e Márcia Andrea Farias foram eleitos, por unanimidade, para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente, do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, para o biênio 2007/2009. A eleição dos novos dirigentes ocorreu no dia 15 de maio deste ano.

A posse será realizada no dia 22 junho, em solenidade marcada para as 18h, no Tribunal Pleno. Antes, às 17h ocorrerá a cerimônia de entrega da comenda da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho às personalidades que contribuíram com a Justiça do Trabalho.

O presidente eleito é atualmente vice-presidente e corregedor do TRT e presidente também da Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho no Maranhão.



A atual presidente do TRT, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, disse que o revezamento nas gestões públicas é essencial ao processo democrático e que o Poder Judiciário dá um exemplo para o país. “São dois anos que temos à frente da instituição para executarmos nossos projetos, e essa renovação é importante”, afirmou. Desejou ainda sucesso aos no-

vos dirigentes. “Que vocês possam conduzir a Justiça do Trabalho no Maranhão com equilíbrio e seriedade”, acrescentou a presidente. Gerson de Oliveira Costa Filho disse que pautará suas ações na administração da Justiça do Trabalho como sempre fez em sua vida pública. “Atuarei baseado na transparência e com muita impessoalidade. Sempre desempenhei minhas funções com muita seriedade e voltado para o bem público e assim será”, afirmou.

A desembargadora Márcia Andrea Farias disse que, na qualidade de corregedora, cargo acumulativo ao de vice-presidente, se empenhará para prestar um bom serviço aos jurisdicionados. Destacou, por fim, que estará ao lado do atual presidente. “Manifesto o meu irrestrito e incondicional apoio ao presidente eleito”, afirmou.

JUSTIÇA EM NÚMEROS

Os quatro leilões realizados pela Justiça do Trabalho em São Luís este ano resultaram na arrecadação de cerca de R\$ 2 milhões. Foram colocados para arrematação 224 lotes de bens penhorados para pagamento de verbas resultantes de ações trabalhistas. O quarto leilão (maio) foi o mais disputado e arrecadou R\$ 906 mil, quando foi vendido por R\$ 511 mil um prédio colonial que pertencia à empresa Poupa Ganha, avaliado em R\$ 250 mil. A próxima hasta pública na capital já está marcada para o dia 27 de junho. Também está previsto para o mês de julho um grande leilão judicial na Vara do Trabalho de Imperatriz, com cerca de 200 lotes de bens.

Sua Memória



Inaugurado em maio deste ano, o Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho da 16ª Região está funcionando na sede do TRT. Depois, será transferido para um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico, na rua de Santaninha, nº 398, na Praça Deodoro, que há alguns anos sediou as antigas Juntas de Conciliação e Julgamento de São Luís. Para receber o Memorial o prédio passará por reformas.

O Centro de Memória guardará documentos, fotografias, móveis antigos, indumentários e outros objetos históricos. Funcionará também como espaço para exposições temporárias, mostras itinerantes,

palestras e lançamentos de livros. Ficará aberto, durante o expediente do Tribunal, para visitação. A proposta de criação do Memorial ocorreu em 2004, quando foi instituída a Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho. No ano passado a Comissão foi recomposta e tem como presidente o desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho. A comissão é integrada por servidores do Tribunal com formação acadêmica nas áreas de História, Jornalismo, Biblioteconomia, Serviço Social e Letras, com especialização em gestão documental, consultoria organizacional e experiência em docência universitária.

EXPEDIENTE

Boletim Intitucional do TRT da 16ª Região – Maranhão ANO XIV nº 61 – Maio/2007

Av. Senador Vitorino Freire, 2001 – Areinha – CEP 65010-650 – São Luís – MA
Telefones: (098) 3218-9307 / 3218-9443

E-mail: ascom@trt16.gov.br

Presidente
Desembargadora Kátia Magalhães Arruda

Vice-Presidente
Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho

Diretor-Geral
Júlio César Guimarães

Secretária Geral
Adriana Albuquerque de Brito

Jornalistas Responsáveis:
Edvânia Kátia
Suely Cavalcante
Valquíria Santana
Wanda Cunha

Estagiária de Jornalismo
Gabriela Saraiva

Fotos
Romeu Ribeiro

Projeto Gráfico e Ilustrações
Lucas Mapurunga

Capa
Lucas Mapurunga

Revisão
Wanda Cunha

Fotolito e Impressão
Estação Gráfica - Tel/Fax.: (98) 3236-9177

PARÁGRAFO

ÚNICO

ANO XIV - Nº 61 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO

Mediação da Justiça possibilita condições dignas de trabalho

Questão de Justiça

No dia 1º de maio de 1886 explodiu a greve geral em Chicago, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas, quando oito líderes trabalhistas americanos foram enforcados. Por conta disso, foi instituído o 1º de maio como o Dia Mundial do Trabalho. No Brasil a primeira celebração do 1º de maio ocorreu em 1895, mas a data só foi consolidada em 1925.

- Revolução Industrial contribuiu para o surgimento e desenvolvimento do Direito do Trabalho
- CLT representa o símbolo da conquista da classe trabalhadora
- JT exerce importante papel no equilíbrio das relações de trabalho
- JT presente em 84% dos municípios maranhenses

Equilíbrio nas relações de trabalho

Nesta edição do Pará-grafo Único, a matéria especial é sobre O Dia Mundial do Trabalho. O texto faz o resgate histórico da origem da data, ao mesmo tempo em que mostra o avanço nas relações de trabalho e o papel da Justiça do Trabalho na intermediação do equilíbrio nessas relações.

A Justiça Trabalhista é considerada a mais célere do Poder Judiciário. No Maranhão, segundo a presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, a JT é a melhor referência de atuação do Poder Judiciário, fato reconhecido pelos advogados, servidores e, principalmente, pela sociedade.

É indiscutível a relevante atuação da Justiça Trabalhista para garantir o equilíbrio das relações de trabalho. Por lidar com matéria que diz respeito à sobrevivência do ser humano, o juiz do Trabalho tem um perfil diferenciado. Ao julgar uma ação, o magistrado baseia-se na legislação trabalhista, ao mesmo tempo em que está atento às condições de trabalho, cumprimento de deveres e direitos e outros fatores que possam garantir ao trabalhador viver com dignidade como, aliás, está previsto na Constituição Federal do Brasil.

A Justiça do Trabalho age para garantir o exercício da cidadania, na medida em que determina o cumprimento dos direitos trabalhistas e condena práticas trabalhistas que denigrem o trabalhador como, por exemplo, o trabalho escravo, trabalho infantil e outras. Apesar dos novos tempos e da evolução do ser humano, ainda são registradas tentativas de desrespeito ao trabalhador, a exploração inadequada da mão-de-obra humana e outras ações que constituem flagrantes abusos à legislação trabalhista.

PERFIL

QUALIDADE NO ATENDIMENTO

Por *Suely Cavalcante*

Luiz Pereira Sales é Técnico Judiciário do TRT-MA desde setembro de 1994, inicialmente foi lotado na VT de Imperatriz, onde passou 10 anos. Em 2006 foi removido para a VT de Estreito, onde é assessor do juiz. Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual do Maranhão e pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho pelo Instituto Tocantinense de Pós-Graduação de Araguaína.



Para Luiz Sales, a Justiça do Trabalho é uma justiça eminentemente social, e o cidadão que a procura busca a solução para uma situação trabalhista, mas também bom tratamento, atenção e respeito. “Quando você atende uma pessoa pode até não resolver o problema dela, mas só o fato de ouvi-la, conversar, já a deixa satisfeita”, explica. Ele defende a humanização do atendimento e diz que não adianta o servidor ser só técnico, tem que ser humano, ter sensibilidade para com o público.

A atuação de Luiz Sales como servidor ultrapassa os limites do gabinete. Incansável no exercício de suas atividades, busca outras formas de prestar um melhor serviço aos usuários. Uma das formas é compartilhar conhecimentos com os colegas de trabalho. Em 2006, ministrou treinamento na VT, com o foco na melhoria do atendimento no balcão e aperfeiçoamento das tarefas diárias.

Em maio deste ano, Luiz Sales elaborou um projeto itinerante para divulgação da JT nos municípios que integram a jurisdição da VT. Foram feitas visitas e palestras em Lageado Novo, São Pedro dos Crentes e Feira Nova, onde ele e Paulo Sérgio Ferreira, também servidor da VT de Estreito, e os advogados Roberto Araújo e Marcelo Ribeiro, falaram sobre a Justiça do Trabalho e sobre direitos e deveres trabalhistas.

Os presidentes das Câmaras Municipais de Lageado Novo e Feira Nova e um vereador de São Pedro dos Crentes encaminharam ofício ao juiz da VT de Estreito, elogiando a iniciativa com o projeto itinerante. Luiz Sales também divulga as ações da Justiça do Trabalho em emissoras de rádio, escreve para jornais da região e profere palestras em escolas.

Investindo na Conciliação

Por *Edvânia Kátia*

Ganha força no Maranhão o movimento pela conciliação na Justiça do Trabalho. Depois da experiência do Dia D da Conciliação, em agosto de 2006, e do projeto Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça, é a vez da Vara do Trabalho de São João dos Patos estimular a conciliação. A cada dois meses, a juíza titular Liliana Boueres abre a pauta para que as partes interessadas possam firmar acordos.

A primeira sessão aconteceu no último dia 12 de fevereiro, quando foram realizadas 30 audiências. Houve 100% de êxito nas conciliações. De uma única vez foram solucionados 22 processos da Companhia Nacional de Escolas Comunitárias. As ações vieram da Justiça Estadual em 2004, com a redistribuição após a inauguração da VT naquele município. Outras oito ações em que figurava como reclamada a Televisão Difusora de Barão de Grajaú também foram solucionadas. Os acordos resultaram no pagamento de R\$ 166.000.381,46.

Para a juíza, é função primordial da Justiça do Trabalho pacificar as relações de trabalho. Segundo ela, é importante incentivar a conciliação para garantir a efetividade da Justiça. “Nessa primeira atividade, conseguimos solucionar processos que estavam há um ano na execução. Ou seja, embora a parte interessada tenha saído vitoriosa na sentença, era difícil a possibilidade de receber a verba trabalhista. No momento em que se abriu a possibilidade da conciliação, o resultado foi bom para exequente e executado”, disse.

O Mundo do Trabalho em exposição

Por *Valquíria Santana*

OServiço de Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão está realizando a exposição itinerante “O Mundo do Trabalho”. A mostra, iniciada em maio deste ano, reúne fotos que participaram do I Concurso de Fotografia da Justiça do Trabalho.

A exposição já esteve em cartaz na Galeria Antônio Almeida – Palacete Gentil Braga (Rua Grande, 782, Centro – prédio da UFMA) e Centro Universitário do Maranhão (Unidade Renascença), em São Luís. Também será levada aos municípios-sede das Varas do Trabalho do interior do estado, a partir do segundo semestre deste ano.

“Esta exposição também é uma forma de prestação de serviços, de levar cidadania através da arte”, explica a presidente do TRT, desembargadora Kátia Magalhães



Arruda.

A exposição é comemorativa aos 18 anos do TRT-MA, festejados em maio deste ano. A chefe do Serviço de Comunicação do TRT, Suely Cavalcante, explica que a mostra é também uma das atividades da campanha “Justiça do Trabalho – Cidadania

ao alcance de todos”, desenvolvida pelo setor. São 12 trabalhos de fotógrafos profissionais e repórteres fotográficos como Edgar Rocha (vencedor do concurso), Meireles Júnior (2º lugar), A. Baêta (3º lugar) Pedro Araújo (menção honrosa), Biaman Prado e José Evandro Firmino Filho. Há também foto cedida pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho. As 12 fotografias são expostas em painéis que medem 1,20m x 80cm e trazem textos sobre a Justiça do Trabalho. São informações como sua jurisdição, direitos e deveres trabalhistas, a diferença entre Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. Pedro Araújo, que assina duas fotos da exposição, elogiou a iniciativa do TRT em levar para o grande público os trabalhos inscritos no concurso de fotografia.



**JUSTIÇA DO TRABALHO
CIDADANIA AO ALCANCE DE TODOS**

A Justiça do Trabalho é composta de Varas do Trabalho instaladas nas capitais e cidades do interior dos Estados. Conta, também, com um Tribunal Regional, em quase todos os Estados e um Tribunal Superior, em Brasília. No Maranhão estamos, além de São Luís, em Açailândia, Bacabal, Balsas, Barreirinhas, Barra do Corda, Chapadinha, Caxias, Estreito, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos, Pinheiro, Pedreiras, Presidente Dutra e Timon.





NEGOCIAÇÕES NO SETOR DE TRANSPORTES

A Justiça do Trabalho no Maranhão conseguiu intermediar, no dia 08 de maio, uma negociação entre patrões e empregados do setor de transportes de São Luís, evitando assim prejuízos para a população com uma possível greve no setor. Por iniciativa da presidente do TRT, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, com o apoio do procurador do Trabalho, Maurício Pessoa Lima, os sindicatos dos patrões e empregados chegaram a um consenso antes mesmo que fosse instaurado o dissídio coletivo. As negociações foram acompanhadas pelo secretário municipal de Transportes, Canindé Barros, e técnicos do órgão.

AUTOMAÇÃO DE SALAS DE AUDIÊNCIAS

A presidente do TRT-MA, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, lançou em maio o Sistema de Automação de Salas de Audiências (AUD). O lançamento ocorreu nas 1ª e 6ª Varas Trabalhistas de São Luís, com a presença de magistrados, advogados e servidores. O novo serviço permite a confecção da ata no transcorrer da audiência com o acompanhamento dos advogados através da tela do computador, dando maior celeridade às sessões. O AUD é um dos projetos do Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho (SIGI) que visa à interligação de toda a Justiça do Trabalho do país por meio da informática. O sistema de automação das salas de audiências será instalado gradativamente nas demais Varas da capital e nas VT's do interior do Estado.

GRATIFICAÇÕES E ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

O TRT-MA começou a pagar em abril o adicional de qualificação, a gratificação de atividade externa e a gratificação de atividade de segurança aos servidores que preencherem os requisitos previstos na Lei 11.416/2006, que trata do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário (PCS). Têm direito ao adicional de qualificação os que comprovarem ações de treinamento e cursos de pós-graduação ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário da União.

PAGAMENTO DE DÍVIDAS DO JAGUAREMA

No dia 10 de maio, a Justiça do Trabalho solucionou a pendência de pagamento de trabalhadores que ingressaram com processos trabalhistas para receber créditos relativos a ações ajuizadas contra o Clube Jaguarema. Quarenta e cinco litigantes foram beneficiados com pagamentos que variam entre R\$ 1.680,00 e R\$ 27.556,00 garantidos após a execução judicial ocorrida em leilão judicial. O montante da dívida era de R\$ 1,1 milhão. Na impossibilidade de efetuar o pagamento na totalidade, o juiz titular da 2ª VT de São Luís, Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes, optou por assegurar o pagamento de todos os processos de pessoas jurídicas contra o Jaguarema. Coube a cada reclamante um percentual de 30,43% do crédito principal.

PRESIDENTE DO TRT VAI A REUNIÕES EM BRASÍLIA

A Presidente do TRT participou no dia 23 de maio da 1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. No dia 24, ela tomou parte da 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRT's (Coleprecor). Na oportunidade, a magistrada apresentou ao colegiado os novos presidente e vice-presidente do TRT-MA, respectivamente, desembargadores Gerson de Oliveira Costa Filho e Márcia Andrea Farias da Silva, que a acompanharam no Encontro.

PLANO ESTRATÉGICO DO TRT

Em maio, a presidente do TRT-MA assinou o Plano de Gestão Participativa da Justiça do Trabalho no Maranhão para o biênio 2007/2008. O plano define como visão estratégica a proposta de "ser modelo institucional de excelência e de cidadania da Justiça do Trabalho reconhecido pela sociedade com atuação em todo o Estado do Maranhão". Uma cópia do documento foi encaminhada às instituições relacionadas ao Poder Judiciário.

HOMENAGEM À JUÍZA MARIA LUÍZA PINTO LIMA

No mês de maio, o Tribunal Pleno do TRT-MA aprovou a Resolução Administrativa nº 63/2007 que denomina o Fórum, onde funciona a Vara do Trabalho de Timon, de "Fórum Maria Luíza Pinto Lima". O nome é uma homenagem à juíza do TRT-MA, que morreu em consequência de acidente automobilístico em julho de 2001. No acidente, também morreu seu marido Remir de Brito Lima, servidor do TRT-MA.



É notícia...

- Realizadas correições nas Varas Trabalhistas de Presidente Dutra, Pedreiras e Balsas
- VT de Açailândia fez itinerância em Itinga do Maranhão

- TRT-MA atende requisitos de acessibilidade recomendados pelo CNJ
- Juízes maranhenses participam de seminário sobre conciliação na JT

Maioridade

18 anos comemorados com inaugurações

Por Valquíria Santana

No dia 26 de maio deste ano o Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) completou 18 anos. Como a data ocorreu no sábado, as comemorações foram realizadas na segunda-feira, dia 28. O aniversário foi festejado na sede do Tribunal, com as inaugurações do Centro de Treinamento e do Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho, lançamento da logomarca da Ouvidoria Judiciária e apresentação gráfica do projeto do novo prédio do Fórum Astolfo Serra, sede das Varas Trabalhistas da capital. Durante a cerimônia, a presidente do TRT, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, disse que a criação do Centro de Treinamento integra o Programa "Qualidade de Vida - Qualidade no Trabalho", instituído pela presidência do TRT. A magistrada também destacou projetos como ginástica laboral, massagem expressa, aquisição de móveis ergonômicos e eventos como a Semana do Servidor, que visam à melhoria da qualidade de vida de magistrados e servidores. A desembargadora também falou sobre projetos desenvolvidos pelo TRT que procuram dar maior celeridade à prestação jurisdicional e aproximar cada vez mais o Judiciário Trabalhista da sociedade maranhense. A magistrada enfatizou iniciativas como a Vara Itinerante, o Dia D da Conciliação e o movimento nacional "Conci-



liar é Legal". Participaram das comemorações o vice-presidente e corregedor do Tribunal, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, ex-presidentes do órgão, desembargadores e juízes trabalhistas, servidores da Justiça do Trabalho, advogados e convidados. Presentes também representantes da OAB-MA, da Advocacia Geral da União no Maranhão, da Procuradoria Geral de São Luís; e das Associações Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e da 16ª Região (Amatra-16ª Região). Após a inauguração do Centro de Treinamento, a ouvidora judiciária e desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo fez o lançamento da logomarca da Ouvidoria do TRT. O setor já dispõe do telefone 0800-2822323 para ligações gratuitas. À tarde a presidente e o vice-presidente do TRT inauguraram o Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho. Para a criação do memorial o TRT recebeu apoio da Amatra-16ª Região. Também foi lançada a

Revista dos 18 anos do Tribunal, com a apresentação do layout pela jornalista Edvânia Kátia, do Serviço de Comunicação do Tribunal. O desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, que é presidente da Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho, disse que desde que se tornou desembargador, há sete anos, alimentava o sonho de ver construída a memória do Tribunal. Durante a inauguração do Memorial, a presidente do TRT destacou a importância do Memorial para a história da Justiça do Trabalho no Maranhão. "Uma instituição que não tem memória, que não tem história, não pode se desenvolver", disse. Presentes também na cerimônia a juíza de Direito Marilse Carvalho Medeiros, filha do ex-presidente da 1ª JCI de São Luís, João Freire Medeiros, o primeiro maranhense concursado para o cargo de juiz do Trabalho.

Fórum Astolfo Serra com nova sede



O Fórum Astolfo Serra vai ganhar um novo prédio que está sendo construído pelo TRT, na Av. Senador Vitorino Freire, nº 150, Areinha, em São Luís. No térreo haverá três agências bancárias, Central de Informação, Setor de Distribuição, restaurante, Drive Thru e banheiros. Na sobreloja ficarão as salas da OAB, dos Ofícios de Justiça e do INSS; a Diretoria do Fórum; arquivo; sala de cálculo e sala multimídia

com 128 lugares; além de vestiários e banheiros. Já os 1º, 2º e 3º andares terão a mesma estrutura e serão destinados às Varas Trabalhistas. Serão quatro VTs por pavimento. Cada Vara terá três gabinetes de juízes, salas de audiência, sala para assessoria, arquivo, copa e banheiros para o público externo. Haverá ainda, em cada andar, duas salas extras para audiências.

MEDIAÇÃO DA JUSTIÇA POSSIBILITA CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO

A Justiça do Trabalho tem exercido um papel importante no equilíbrio das relações de trabalho, no combate a formas de trabalho consideradas ilícitas e degradantes e na busca da justiça social. É símbolo da democratização do Poder Judiciário e do acesso à Justiça

Por Wanda Cunha

Até o final do século XIX, nas indústrias da Europa e dos Estados Unidos, era comum uma jornada de trabalho diária de até 17 horas. Não havia férias, descanso semanal e aposentadoria. Os trabalhadores recebiam baixos salários. As saúdes física e mental estavam debilitadas em razão de práticas selvagens. Em 1º de maio de 1886, cerca de 200 mil trabalhadores, reivindicando a redução de jornada de trabalho para oito horas, fizeram greve geral em Chicago, principal centro industrial dos Estados Unidos na época. O confronto entre operários e polícia resultou em prisões, feridos e mortos. Por conta disso, no Congresso Socialista de 1889, em Paris, foi instituído o dia 1º de maio como o dia Mundial do Trabalho. “É uma homenagem a oito líderes trabalhistas americanos que morreram enforcados, em Chicago, em 1886. Desde essa época, a data tem sido utilizada pelos trabalhadores para manifestações e reivindicações em todo o mundo”, acentua o juiz do Trabalho Substituto da 4ª Vara do Trabalho de São Luis, Leonardo Henrique Ferreira.

O magistrado destaca a importância da revolução industrial para o surgimento e desenvolvimento do Direito do Trabalho. Afirma que, em larga escala, substituíram-se os trabalhos escravo, servil e corporativo (corporações de ofício) pelo trabalho assalariado. Houve o êxodo rural. A procura de emprego tornou-se maior que a oferta. Não havia direitos, só exploração. Mulheres e crianças também eram submetidas a jornadas exaustivas, sob condições insalubres e sujeitas a incêndios, intoxicações e toda a sorte de infortúnios. Nasceram, daí, as idéias socialistas, como crítica ao capitalismo e liberalismo. Os trabalhadores reúnem-se, associam-se, reivindicam melhores condições de trabalho. Intensificam-se os con-

flitos, provocam-se greves e se desperta para a necessidade de o Estado regular as novas relações de trabalho que surgiam. A classe operária fortifica-se a cada dia, inclusive na política, onde já possuía representantes.

Nesse mesmo tempo, conforme o juiz Leonardo Henrique Ferreira, surge a “Lei de Peel” que previu melhores condições de trabalho para os menores, lançando as bases de um direito novo e mais humano. A igreja publica a encíclica Rerum Novarum, conclamando uma justiça social e proclamando que “não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital”. É aprovado o Tratado de Versailles, por meio do qual os países signatários se comprometem a editar normas reguladoras do Direito do Trabalho e criam ainda a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o fim de lutar por condições dignas de trabalho no âmbito internacional. Nesse contexto, as Constituições mexicana de 1917 e alemã de 1919 (Weimar) trouxeram, pela primeira vez, dispositivos relativos ao Direito do Trabalho. Para o magistrado, essas transformações permitiram que o mundo começasse a legislar. O Estado deixava de ser mero expectador do drama social, em busca de um equilíbrio na relação burguesia versus proletariado, protegendo o economicamente mais fraco, para compensar as desigualdades.

“Em síntese, o Direito do Trabalho chegou para igualar juridicamente as diferenças econômicas”, enfatiza o juiz. A partir da primeira metade do século XX, as lutas de classe começam a colher o que plantaram: férias, hora extra, indenização por tempo de serviço, aviso prévio nas demissões, adicionais de insalubridade e periculosidade, proteção ao trabalho noturno, da mulher, do menor e o 13º salário.

VARGAS REÚNE LEIS TRABALHISTAS

No Brasil, surgem as primeiras normas trabalhistas. As greves também se proliferavam, paralisando milhares de trabalhadores, que reivindicavam basicamente melhores condições de trabalho. Leonardo Ferreira explica que a partir da Revolução de 1930, acelerou-se esse processo e foi criado o Ministério do Trabalho. Logo depois foram instituídas comissões, que podem ser consideradas o embrião da atual Justiça do trabalho, instalada na década de quarenta por Getúlio Vargas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) surgiu em seguida em face da necessidade de se fazer uma consolidação das leis do trabalho, através da reunião de toda legislação esparsa trabalhista que já existia à época. “A CLT representou e representa até hoje um símbolo da conquista da classe trabalhadora do Brasil”, comemora o magistrado.

Ele lembra que a escravidão é uma mácula da sociedade humana que perdurou por séculos. Lamenta que essa forma de trabalho ainda exista, apesar de veementemente repudiada pela sociedade e combatida pela Justiça do Trabalho, Mi-

nistério Público do Trabalho e pela Delegacia do Trabalho. Conforme o juiz, estima-se que existam hoje, no Brasil, cerca de 30 mil trabalhadores submetidos a condições de trabalho escravo, a maioria deles nas regiões norte e nordeste. “Apesar disso, o trabalhador conquistou, através de muita luta e sacrifícios, uma gama de direitos erigidos inclusive constitucionalmente, e que atualmente lhe garante dignidade e a possibilidade de exercer o seu trabalho livremente”, afirma. Ele explica que o papel da Justiça do Trabalho tem sido de ineludível importância na garantia do equilíbrio da balança: empregado versus empregador, bem como para coibir formas de trabalho consideradas ilícitas. “A Justiça do Trabalho garante um desenvolvimento social equilibrado ao país na medida em que vela pela higidez das relações de trabalho. Ramo especializado do judiciário federal, a Justiça do Trabalho destaca-se como um símbolo da democratização do Poder Judiciário e do acesso à justiça”, finaliza.

Por conta dessa democratização da Justiça do Trabalho dentro do Poder Judiciário, a Emen-

da Constitucional 45/2004 permitiu uma nova era dentro da legislação trabalhista, pois a Justiça do Trabalho passou a ser competente para apreciar e julgar não apenas os conflitos oriundos das relações de emprego; mas, também, outros nascidos das relações de trabalho. Após a edição dessa nova competência, a JT no Maranhão ampliou sua jurisdição com a criação de novas varas.

Celebração – O presidente da Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra), Antônio Carlos Parente Macedo de Andrade, lembra que, no Brasil, o registro da comemoração de 1º de maio ocorreu em Santos, em 1895, por iniciativa do Centro Socialista. “A data só foi consolidada em 1925, quando o presidente Artur Bernardes baixou decreto instituindo o primeiro de maio como feriado nacional”, lembra. Ele diz que no âmbito da Justiça Trabalhista em todo o País, a Anajustra vê a data com satisfação, em razão das conquistas que envolvem gestão de planos de saúde, de turismo, pós-graduação à distância e outros convênios nacionais e regionais.

Justiça do Trabalho presente em 84% dos municípios maranhenses

A Justiça do Trabalho no Maranhão está presente em 183 municípios, através do TRT e das 21 Varas Trabalhistas instaladas na capital e em 15 municípios do interior, o que representa 84% dos municípios do estado. As Varas mais antigas são 1ª e 2ª VT's de São Luís (antigas Juntas de Conciliação e Julgamento), criadas em 1939 e 1978, respectivamente, estando na época sob a jurisdição do TRT da 7ª Região (CE).

No interior as Varas mais antigas são as de Imperatriz e Bacabal, ambas criadas por lei em 1986. Com a instalação do TRT-MA as JCs passaram a integrar este Regional. As mais novas Varas do Trabalho são as de Barreirinhas, Timon, Pedreiras e Presidente Dutra, instaladas em dezembro de 2005. Há um projeto no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para criação de oito novas Varas Trabalhistas no Estado.

Nos dois últimos anos, as Varas do Trabalho receberam 50.216 novos processos e julgaram 48.686, com os processos solucionados atingindo R\$ 268,6 milhões. Nesse mesmo período, os reclamantes receberam R\$ 79,1 milhões. O percentual de processos resolvidos chegou a 97%. De janeiro a fevereiro deste ano, foram julgadas 3.239 ações, o que representa 92% das ações ajuizadas nesse período.

Na segunda instância, nos dois últimos anos foram recebidas 14.616 novas ações e julgadas 13.119. Em 2005 houve um crescimento de 76% no número de processos recebidos em relação ao ano anterior e em 2006, o crescimento chegou a 23% em relação a 2005. Nos primeiros quatro meses de 2007 o Pleno recebeu 1.539 novos processos e julgou 1.991, ou seja, 29% a mais que o número de ações recebidas.

O aumento da demanda nos últimos dois anos deve-se à criação de oito novas Varas Trabalhistas no Maranhão, a partir de 2003, sendo instalada a primeira no ano seguinte, e à ampliação da competência da Justiça do Trabalho, com a Emenda Constitucional nº 45/2004.

Com a nova competência, também houve a remessa de ações oriundas da Justiça Comum à Justiça do Trabalho. Só em 2005, foram recebidos 2.048 da Justiça Federal e 811 da Justiça Estadual. No ano passado, foram 1.169 (Justiça Federal) e 917 (Justiça Estadual).

No início, o trabalho era cooperação. Na antiguidade, predominou o escravismo. Na Idade Média assentou-se o servilismo. Na Idade Moderna, o descobrimento da América propiciou a escravidão indígena pelos espanhóis; e a africana pelos portugueses. Na idade contemporânea, explodiu a Revolução Industrial...



“A greve já foi considerada crime, inclusive aqui no Brasil, ainda hoje desperta insatisfação na classe patronal e, provavelmente, represente o maior instrumento de barganha dos trabalhadores. Atualmente o direito de greve se encontra previsto na Constituição Federal e regulamentado através da lei 7.783/89”.

Juiz Leonardo Henrique Ferreira



“O 1º de maio deve ser encarado como momento de reflexão da situação que envolve cada categoria e motivação para a busca de direitos suprimidos e postergados ao longo dos anos”.

Antonio Carlos Parente, presidente da Anajustra